Agosto de 2020

Tiago Marreiros Moreira | tm@vda.pt
Team DAC 6 | TEAMDAC6@vda.pt

FISCAL

COMUNICAÇÃO DE OPERAÇÕES TRANSFRONTEIRIÇAS (DAC 6) | DIFERIMENTO DOS PRAZOS DE REPORTE | DECRETO-LEI N.º 53/2020, DE 11 DE AGOSTO

Foi publicado o [Decreto-Lei n.º 53/2020, de 11 de agosto](#) (“Decreto-Lei n.º 53/2020”), que transpõe a Diretiva (UE) 2020/876 do Conselho, de 24 de junho de 2020, que altera a Diretiva 2011/16/UE para fazer face à necessidade urgente de diferir certos prazos para a apresentação e troca de informações no domínio da fiscalidade, devido à pandemia da doença COVID-19.

O Decreto-Lei n.º 53/2020 altera a Lei n.º 26/2020, de 21 de julho (“Lei n.º 26/2020”), adiando por 6 meses os prazos de reporte previstos neste Diploma:

- Para os mecanismos que sejam disponibilizados para aplicação ou que estejam prontos para aplicação, ou cuja primeira etapa de aplicação ocorra entre 1 de julho de 2020 e 31 de dezembro de 2020, o reporte deverá ser realizado no prazo de 30 dias contados a partir de **1 de janeiro de 2021** (ao invés de serem contados a partir de dia 1 de julho de 2020).
- Para os mecanismos que envolvam a intervenção de intermediários que tenham prestado ajuda, assistência ou aconselhamento entre 1 de julho de 2020 e 31 de dezembro de 2020, o reporte deverá ser realizado no prazo de 30 dias contados a partir de **1 de janeiro de 2021** (ao invés de serem contados a partir de dia 1 de julho de 2020).
- Para os mecanismos cuja primeira etapa de implementação tenha ocorrido entre 25 de junho de 2018 e 30 de junho de 2020, o reporte deverá ser realizado até **28 de fevereiro de 2021** (anteriormente, o reporte teria de ser realizado até 31 de agosto de 2020).

O Diploma agora aprovado vem ainda:

- Criar um “Fórum DAC6” com o objetivo de promover o acompanhamento da aplicação da Lei n.º 26/2020.
- Esclarecer, a respeito do regime fiscal das operações de titularização de créditos, o impacto da Lei acima mencionada.